

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, *a*, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, respeitosamente, solicito seja encaminhado à Mesa Diretora desta Casa o presente Requerimento de Informação a sua Excelência o Ministro de Estado das Minas e Energia, Senador Edison Lobão, para que esclareça quais as providências tomadas pelo Ministério relativamente à posição da Petrobrás, quanto à implantação de Usinas Separadoras de Gás GLP, ao longo do Gasoduto Bolívia/Brasil (GASBOL), em território do Estado do Mato Grosso do Sul, também no tocante à decisão da Agência Nacional do Petróleo - ANP sobre a distribuição do GLP, por meio de empresas Multibandeiras, pelas razões que se seguem.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, um dos assuntos mais palpitantes – e foram tantos debatidos nesta Comissão no ano de 2013 – foi o da pretendida utilização do gás natural a partir do sangramento de seus elementos básicos do gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL), em território do Estado de Mato Grosso do Sul. E também sobre a política governamental que permite a distribuição no mercado para revenda do GLP através de empresas multibandeiras.

Nesse sentido, duas providências partiram desta Comissão. A primeira foi audiência pública para debater a utilização do gás natural boliviano, com sangramento por meio de usina separadora em território sul-mato-grossense. A segunda foi audiência com Sua Excelência, o senhor ministro de Estado das Minas e Energia, Edison Lobão, sobre as propostas de Usina Separadora e da situação de comercialização e distribuição do GLP por meio de multibandeiras, circunstância gerada em razão de decisão da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Quando da audiência realizada no plenário desta Comissão, no dia 11 de setembro de 2013, o senhor representante da Petrobras, Dr. José Alcides Santoro Martins, diretor da área de gás e energia, falou em nome da

senhora presidente da Empresa, Dra. Maria das Graças Silva Foster. Após longa exposição, declarou que a Petrobras não tinha interesse empresarial de implantar uma Usina Separadora de Gás em Mato Grosso do Sul, uma vez que entendia ser um empreendimento antieconômico para a empresa e declarou, conforme se vê na ata da 22ª reunião extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura:

“Outro ponto colocado foi em relação à liberação do empreendimento para a iniciativa privada. Tenho certeza absoluta de que nenhuma empresa teria interesse em pegar o gás do GASBOL e processar para tirar GLP. Se alguém tiver interesse, por favor, pode vir falar comigo que podemos fazer esse negócio, porque ele não é economicamente viável”.

Por outro lado, quando da reunião com Sua Excelência o ministro de Estado das Minas e Energia, Edison Lobão, ocorrida no dia 29 de setembro de 2013, com Senadores desta Comissão, ouviram-se a explanação do senhor Ueze Elias Zahran (empresário sul-mato-grossense, Diretor da empresa Copagaz, com atuação em mais de 20 Estados da Federação, na distribuição e comercialização de gás), sobre o interesse dele na implantação da Usina Separadora já que entendia viabilidade econômica. Ao contrário do que afirmara o senhor diretor da Petrobras, o empresário disse que a iniciativa privada estaria disposta a realizar o empreendimento, bastando que a Petrobras renunciasse de seus direitos de exploração ou procedesse a delegação da mesma. Na ocasião, o senhor Ministro frisou que faria diligências junto à direção da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo - ANP com relação aos dois temas: Usina Separadora de Gás e distribuição do GLP por meio de multibandeiras.

Senhor Presidente, senhores membros da comissão, até agora, ao que estou informado, a direção da Petrobras não recebeu representantes de empresas privadas interessadas na implantação da Usina Separadora de Gás em Mato Grosso do Sul, bem como, até agora, não há nenhuma manifestação da Agência Nacional do Petróleo relativamente à distribuição do GLP via multimarcas.

Creio que um assunto tratado nesta Comissão da relevância política e econômica que ele se reveste, não poderia ficar para as calendas do esquecimento, daí porque solicito deste plenário a aprovação do requerimento nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, *a*, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal para que sejam solicitadas ao senhor ministro Edison Lobão informações lastreadas nas indagações que se seguem abaixo:

- 1) A direção da Petrobras mantém a disposição expressa no depoimento do senhor José Alcides Santoro Martins de receber representantes da iniciativa privada interessados em assumir a responsabilidade de construir a Usina Separadora em Mato Grosso do Sul?
- 2) Houve gestões no Ministério das Minas e Energia perante a Agência Nacional do Petróleo para reexaminar a decisão de conceder, ao arrepio da política anterior a qual permitia ou concedia junto às empresas que investiam na cadeia de produção, comercialização, distribuição e revisão periódica dos botijões de acordo com normas internacionais, o mercado de revenda no sistema multibandeiras?
- 3) De tais gestões, tanto com a presidência da Petrobrás, quanto com a presidência da ANP, qual é o resultado delas?

À consideração de Vossas Excelências.

Sala das Sessões,

Senador **RUBEN FIGUEIRÓ**